



CBH BOIS

Comitê da Bacia Hidrográfica
do Rio dos Bois

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO DOS BOIS

1 Ao primeiro dia de Julho, do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, no
2 auditório de reuniões da ACIRV, Rua Dona Maricota, Nº 199, Jardim Marconal, Rio
3 Verde - GO, deu-se início a Décima Quarta Reunião Extraordinária do Comitê das
4 Bacias Hidrográficas do Rio dos Bois, CBH - BOIS, com a participação dos membros
5 e convidados constantes nas listas de presenças anexas. **Item 1. Abertura da 14ª**
6 **Reunião Extraordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio dos Bois –**
7 **CBH BOIS:** O Sr. Reginaldo Passos - presidente, saudou os presentes e solicitou
8 que todos se colocassem de pé para a execução do hino nacional, seguido pelo hino
9 do estado de Goiás, concedeu a palavra ao Sr. Phelipe Cunha, da Secretaria
10 Executiva, para verificação do Quórum. Informou que o CBH Bois passou a contar
11 com quatro substituições de membros, solicitando que, à medida que os nomes
12 fossem anunciados, os respectivos representantes se levantassem para serem
13 devidamente identificados pela plenária. Indicou as substituições pelas prefeituras
14 municipais de Jandaia, com a Sra. Lanucy Janaina de Souza Moraes Leite; de Santa
15 Helena de Goiás, com a Sra. Sunnykley Lourenço Lima; de Guapó, com o Sr.
16 Gleidson Nunes Ferreira; e de Trindade, com o Sr. Sérgio Geraldo Pinheiro. **Item 2.**
17 **Aprovação da Ata 30º Reunião Ordinária do CBH BOIS:** O presidente informou
18 que a minuta da ata foi previamente encaminhada aos membros para análise e
19 eventuais contribuições. A ata foi submetida à votação e aprovada por unanimidade.
20 Na sequência, o Presidente introduziu o item três da pauta, referente à apresentação
21 e discussão das alternativas de enquadramento e do plano de ação do Plano
22 Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Para iniciar
23 a pauta do dia, convidou o Sr. João Ricardo Raiser, Presidente do Comitê do
24 Paranaíba, para fazer uso da palavra. **Item 3. Apresentação e discussão das**
25 **Alternativas de Enquadramento e Plano de Ação do Plano Integrado de**
26 **Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (PIRH Paranaíba) -**
27 **Consórcio Engecorps-Profill:** O Sr. João Ricardo Raiser expressou satisfação em
28 representar a SEMAD e o Comitê do Paranaíba, agradeceu a presença de todos.
29 Afirmou que a reunião objetiva dar continuidade ao processo de elaboração e
30 atualização do plano da Bacia do Paranaíba, na qual a Bacia do Rio dos Bois está

31 inserida como um dos nove comitês afluentes. Agradeceu às equipes da ANA, da
32 ENGECORPS/Perfil Técnico (contratada para elaborar o plano), e da SEMAD.
33 Apresentou a Sra. Ana Luiza Duarte de Abreu, nova gerente de plano,
34 enquadramento, cobrança e apoio aos colegiados da SEMAD. Informou que o Plano
35 do Paranaíba, elaborado e aprovado em 2013, enfrentou a realidade da época,
36 marcada pela ausência de instalação dos comitês em Goiás. Registrou que,
37 atualmente, todos os comitês da bacia encontram-se instalados e que a concepção
38 do plano foi construída de forma participativa, com abordagem ascendente e
39 incorporação das contribuições de todos os comitês. Salientou que o processo teve
40 como finalidade assegurar que o plano da bacia se constituísse no somatório de
41 decisões conjuntas e acordos firmados, indispensáveis às intervenções necessárias.
42 Informou que cada comitê afluente organizou grupos de trabalho ou câmaras
43 técnicas, com cerca de 10 integrantes, que realizaram diversas reuniões.
44 Reconheceu a relevância do momento atual da oficina, após a elaboração do
45 diagnóstico, que apresentou o retrato da bacia, e da proposta de prognóstico, que
46 indicou o comportamento esperado para os próximos 20 anos. Esclareceu que o
47 momento atual exige a tomada de decisões, com ênfase em duas principais: o
48 enquadramento, relativo à qualidade da água almejada para a bacia, e o plano de
49 investimentos, que define as ações previstas para os próximos 20 anos, abrangendo
50 recuperação ambiental, saneamento e incentivo ao uso racional da água, seja para
51 potencializar oportunidades ou reverter processos inadequados. Mencionou o
52 esforço de oficina prévia em Brasília, com representantes de todos os comitês, cujos
53 resultados seriam compartilhados. Enfatizou a importância de ampliar a contribuição
54 para além dos grupos de trabalho, que envolveu cerca de 240 membros em Goiás,
55 a fim de qualificar o documento e aprimorar a percepção dos estudos. Concluiu que
56 a oficina se mostrava essencial para definir diretrizes e consolidar uma visão
57 integrada do Paranaíba. Agradeceu à equipe do consórcio e da ANA pelo apoio e
58 franqueou a palavra à equipe técnica para apresentar as considerações sobre o
59 enquadramento. A Sra. Ana Paula Generino, Coordenadora de Qualidade de Água
60 e Enquadramento da ANA, agradeceu a participação, apresentou a equipe e
61 ressaltou a importância da integração dos planos de enquadramento. Registrou a
62 complexidade da Bacia do Paranaíba, com propostas já aprovadas em Goiás, mais
63 antiga no Distrito Federal e ainda pendentes em Minas Gerais, Mato Grosso do Sul

64 e trechos federais. Reafirmou o compromisso da ANA em apoiar o processo e
65 assegurar a coerência das iniciativas. Na sequência, a Sra. Ana Luíza Helfer,
66 representante do consórcio Engecorps/Perfil Técnica, iniciou sua apresentação.
67 Contextualizou as etapas de elaboração do PIRH Paranaíba, informou que o Plano
68 de Trabalho, o Diagnóstico e o Prognóstico já foram concluídos, com todas as fases
69 incluindo consultas públicas virtuais com os CBHs. Destacou que a presente reunião
70 constituiu a primeira no formato presencial. Informou que a etapa atual envolvia o
71 desenvolvimento paralelo das alternativas de enquadramento e do plano de ações
72 do Paranaíba, ambos sujeitos a consultas públicas, sendo a manhã destinada ao
73 enquadramento e a tarde ao plano de ação. Explicou que, posteriormente, o
74 enquadramento avançará para a elaboração de proposta e programa de efetivação,
75 enquanto o plano de ação seguirá para a fase de implementação. Registrou que, ao
76 final, serão entregues o manual operativo, o resumo executivo e o banco de dados
77 do projeto. Rememorou que as bacias afluentes goianas do Paranaíba já possuíam
78 enquadramento aprovado desde 2024 e que a sessão buscava aprimorá-lo,
79 mediante apresentação de novos dados e coleta de contribuições, incluindo a
80 possibilidade de revisar parâmetros ou trechos. Indicou que o objetivo inicial do
81 encontro era discutir a vazão e os parâmetros de referência a serem adotados em
82 todas as unidades de gestão hídrica do Paranaíba. Acrescentou que, em seguida,
83 seriam analisados os trechos dos principais rios da bacia, considerando
84 enquadramento vigente, novos dados, parâmetros e usos atuais e futuros da água,
85 para avaliar alternativas de classe, revisão ou manutenção. Aclarou os conceitos
86 fundamentais do enquadramento e registrou que a meta corresponde a um objetivo
87 futuro, distinto da condição atual dos corpos hídricos. Exemplificou com a Resolução
88 CONAMA 357/2005, que define usos permitidos e padrões mínimos de qualidade,
89 como a Classe 2 para agricultura, com limites de DBO e OD. Informou que os
90 parâmetros de enquadramento devem possuir respaldo legal e alertou para a
91 inviabilidade de incluir indicadores sem padrões normativos, como nitrogênio total e
92 temperatura. Recomendou priorizar indicadores mensuráveis “in situ”, indicando
93 como representativos para a Bacia do Paranaíba: DBO, OD, fósforo total, formas de
94 nitrogênio (amônia e nitrato) e coliformes termotolerantes. Defendeu a adoção da
95 vazão Q95 como referência, por refletir condições críticas de estiagem, em
96 consonância com a ANA e os Comitês Goianos, diferenciando-a da Q7,10 usada em



97 Minas Gerais para outorga. Apresentou a análise de 984 amostras
98 (SEMAD/SANEAGO, 2018-2023), cujos resultados mostraram predominância de
99 DBO e OD em classe 1, mas com 15% das amostras de OD abaixo dos padrões,
100 especialmente em córregos, e alterações generalizadas de fósforo. Propôs três
101 encaminhamentos: revisar o enquadramento goiano, decidindo entre manter apenas
102 a DBO ou incluir OD e fósforo; priorizar ações de recuperação em córregos críticos;
103 e aguardar estudo complementar da SEMAD sobre novos parâmetros. Reforçou que
104 a Q95 deve orientar as metas de qualidade hídrica e reiterou os critérios da CONAMA
105 357 e 430, que estabelecem valores de referência para DBO e OD, com atenção
106 especial a situações críticas de degradação ambiental. Após a exposição, registrou-
107 se que a SEMAD apresentará novos dados em momento oportuno para subsidiar as
108 discussões. Esclareceu que o objetivo do encontro consistia em ouvir os
109 representantes e captar as expectativas do comitê quanto aos parâmetros de
110 enquadramento. O Sr. Paulo Roberto Gomes Pereira – Verde 08 Energia S.A
111 apresentou observações sobre o monitoramento, relatando alterações em alumínio,
112 ferro, fósforo e coliformes em trechos de baixa vazão próximos a áreas rurais,
113 possivelmente relacionadas a atividades agropecuárias. Frisou a influência da
114 localização dos pontos de monitoramento nos resultados obtidos. O Sr. Reginaldo
115 Passos – Presidente do CBH Bois corroborou as observações ao relatar o
116 monitoramento de mais de 80 poços de cooperativas. Informou aumento de
117 coliformes fecais em diversos pontos, mesmo após a limpeza de poços e caixas
118 d'água, registrando preocupação com a persistência do problema. Acrescentou que
119 a contaminação ocorreu em poços entre 70 e 90 metros, em contraste com a boa
120 qualidade observada em poços mais profundos, acima de 400 metros. O Sr. Paulo
121 Henrique de Almeida – SANEAGO elogiou a qualidade técnica do trabalho, a clareza
122 das fichas informativas e a sistematização dos dados. Destacou a relevância da
123 simulação de investimentos, que evidencia os limites reais para alteração da classe
124 da água, mesmo com custos elevados. O Sr. Aurélio Miranda – IRRIGO agradeceu
125 à equipe e questionou sobre a inclusão de hormônios e fármacos na análise da
126 qualidade da água, associando esses parâmetros à poluição doméstica. Reforçou a
127 importância da participação de quem conhece a realidade da bacia. A Sra. Ana Paula
128 Generino – ANA esclareceu que o monitoramento de compostos como hormônios e
129 fármacos ocorre semestralmente, mas que a inclusão no enquadramento demanda

130 estudos específicos, tema a ser avaliado em conjunto com a SEMAD. Detalhou que
131 o processo de enquadramento se baseia na qualidade atual da água, nos usos
132 pretendidos e no potencial de melhoria do “rio que podemos ter”. Explicou que a
133 análise abrange os principais rios da Bacia do Paranaíba, incluindo os de domínio da
134 União, os estaduais de maior extensão, os localizados em unidades de conservação
135 e os indicados em consultas públicas. Apresentou mapa com a situação atual da
136 qualidade da água, registrando problemas em trechos do Rio dos Bois e do Rio São
137 Tomás. Contrastou o quadro com o “rio que queremos” (classes 1 e 2), cuja
138 efetivação exige investimentos em tratamento. Esclareceu que a classe corresponde
139 à preponderância dos usos consuntivos: quando mais de 50% dos usos demandam
140 determinada classe, esta é adotada. Relatou que, para o cenário do “rio que podemos
141 ter”, foram realizadas três simulações até 2045, variando os índices de coleta e
142 tratamento de esgoto (90% a 95%) e a eficiência de remoção de poluentes nas ETEs,
143 do nível secundário a tecnologias mais avançadas. Alertou para as limitações dos
144 modelos matemáticos e recomendou a priorização de dados de monitoramento
145 sempre que disponíveis. Convidou, ao final, os participantes a se dividirem em grupos
146 para discussão das bacias do Rio dos Bois e do Rio Verdão. Explicou que cada grupo
147 receberia fichas técnicas detalhadas por trecho de rio, contendo informações sobre
148 nome, domínio, áreas urbanas, usos da água atuais e pretendidos, e a classe de
149 qualidade exigida pelos usos preponderantes, bem como o enquadramento já
150 aprovado. Registrou que as fichas indicavam os usos desejados, definidos nas
151 consultas públicas de prognóstico, comparados aos usos preponderantes, para
152 determinar a classe de enquadramento mais restritiva. Informou que constavam
153 ainda dados de monitoramento, parâmetros que excediam a classe requerida,
154 simulações de abatimento de cargas e projetos previstos, como novas captações e
155 ampliações de ETEs. Reservou espaço nas fichas para indicação de classe
156 alternativa de enquadramento, baseada na análise dos grupos, garantindo acesso a
157 mapas detalhados com localização dos trechos, áreas urbanas, limites municipais,
158 infraestruturas hídricas (ETEs, captações) e pontos de monitoramento. Explicou a
159 simbologia dos mapas e esclareceu que a separação dos trechos se baseou em
160 simulações de qualidade da água, passível de ajustes conforme as contribuições
161 registradas nas fichas. Disponibilizou tabela auxiliar com classes mínimas de
162 qualidade exigidas para cada tipo de uso da água e sugeriu que a divisão dos grupos



163 considerasse o conhecimento local e a representatividade dos segmentos: poder
164 público, sociedade civil e usuários. Ao final da primeira etapa da atividade, realizou-
165 se momento de confraternização com a foto oficial de todos os presentes. Iniciou-se
166 a programação vespertina sob condução do Sr. Leonardo Mitre Alvim de Castro,
167 representante do Consórcio Engecorps Profill. Informou que a discussão da manhã
168 tratou do Produto 4 (Enquadramento dos Corpos Hídricos), enquanto a tarde focaria
169 no Produto 6 (Plano de Ações e Investimentos), ambos integrantes do Plano
170 Integrado da Bacia do Paranaíba. Detalhou que a dinâmica vespertina seria
171 composta por dois momentos participativos: inicialmente, os participantes
172 identificariam os problemas da bacia, registrando-os em post-its com nota de
173 gravidade de 1 a 5, e sugeririam ações correspondentes; em seguida, apresentariam
174 soluções para os problemas identificados, também com nota de priorização de 1 a 5,
175 culminando em síntese das propostas para compartilhamento geral. Apresentou a
176 metodologia de planejamento adotada, composta por três etapas principais:
177 diagnóstico (condições atuais da bacia, pontos positivos, problemas, disponibilidades
178 e conflitos); prognóstico (projeções de cenários futuros); e elaboração do plano de
179 ações. Explicou o marco lógico, estruturado a partir da análise de documentos e
180 estudos, identificação de problemas e causas, organização por áreas temáticas e
181 síntese em programas, subprogramas e objetivos. Esclareceu que, a partir dos
182 objetivos, seriam elaboradas ações com justificativas, incluindo responsáveis,
183 custos, cronograma e fontes de recursos, conforme a metodologia: o quê, por quê,
184 onde, como, quem, quanto custa e quando. Ressaltou que o debate visava identificar
185 os principais problemas e prioridades da bacia do Rio dos Bois, com base nas
186 percepções dos participantes e no conhecimento local, alertando que a execução
187 dependerá da definição de prioridades, pois nem todas as ações poderão ser
188 implementadas simultaneamente. Relacionou os eixos temáticos para estruturação
189 das discussões: Instrumentos de Gestão (plano de recursos hídricos, outorga,
190 cobrança, sistema de informações e fiscalização); Eventos Críticos (cheias, secas e
191 estiagens extremas); Monitoramento (quantidade, vazões, chuvas e qualidade da
192 água); Quantidade e Conflitos (conflitos de uso em áreas urbanas e agrícolas);
193 Comunicação, Mobilização, Capacitação e Educação Ambiental (envolvimento de
194 prefeituras, usuários e sociedade civil); Conservação e Preservação (cursos d'água,
195 APPs, margens e nascentes); Setoriais (usos por saneamento, irrigação e indústria);

196 e Produção do Conhecimento (lacunas de informação, como processos erosivos).
197 Passou a palavra à Sra. Andreia Pedroso – Engecorps, que apresentou os principais
198 aspectos da UGH da bacia do Rio dos Bois, com base no diagnóstico e prognóstico
199 do Plano Integrado de Recursos Hídricos, informando que os temas apresentados
200 orientariam as discussões. Abordou os instrumentos de gestão de recursos hídricos,
201 destacando que a bacia e o estado de Goiás já possuíam todos os instrumentos
202 implementados, ainda que em diferentes níveis de maturidade. Registrou avanços
203 no enquadramento, consolidação em curso da outorga de lançamento de efluentes
204 e atualizações recentes na cobrança pelo uso da água, ressaltando os ganhos
205 proporcionados pelo sistema estadual de informações [SIRHGO](#). Indicou
206 vulnerabilidade climática, com trechos sujeitos a risco de inundação, aumento de
207 quase 400% nos focos de queimadas em 2024, e ocorrência de secas, estiagens,
208 alagamentos e erosão. Em relação ao meio ambiente, informou que a bacia
209 apresentava baixa suscetibilidade à erosão, com menos de 10% da área classificada
210 como de alta ou muito alta vulnerabilidade. Mencionou baixa ocorrência de flora
211 ameaçada, mas registrou intensa conversão do uso do solo, com cerca de 90% da
212 área destinada a atividades agropecuárias. Apontou degradação de APPs em
213 municípios como Rio Verde, Anicuns, Palmeiras e Goiás, e ressaltou a importância
214 da bacia para a conservação da ictiofauna, com espécies ameaçadas no Rio
215 Verdinho. Em relação ao monitoramento, informou que a densidade das estações
216 fluviométricas era adequada, porém mal distribuída; as estações pluviométricas e
217 climatológicas não atendiam à densidade recomendada; e as estações de qualidade
218 da água, embora com boa cobertura, necessitavam ampliação de frequência e
219 parâmetros. Destacou a limitação do monitoramento subterrâneo, com apenas um
220 posto instalado, e concluiu apresentando mapas do balanço hídrico, indicando áreas
221 críticas e dados que exigiam atenção. O Sr. Leonardo Mitre Alvim – Engecorps
222 retomou a palavra para iniciar a fase de trabalho em grupo. Solicitou que, na
223 identificação inicial de problemas, fosse indicada a localização geográfica sempre
224 que possível, reforçando a importância das percepções individuais, mesmo sem
225 consenso. Orientou os participantes quanto ao uso dos materiais disponibilizados.
226 Após o período destinado aos trabalhos em grupo, iniciaram-se as apresentações. O
227 Sr. Klener Alves Rocha Junior – CODERV apresentou os problemas e soluções
228 levantados pelo Grupo 1, organizados por eixos temáticos. No âmbito dos

229 instrumentos de gestão, registrou desconhecimento do plano, falhas na cobrança e
230 outorga, falta de integração de bases de dados e fiscalização deficiente, propondo
231 unificação das informações, padronização de critérios de cobrança, instalação de
232 micro medidores e declarações semestrais obrigatórias. Em eventos críticos,
233 destacou estiagens, comprometimento da qualidade da água em períodos chuvosos
234 e ausência de sistema adequado para águas pluviais, sugerindo a criação de defesas
235 civis municipais. No monitoramento hidrológico, apontou ausência de telemetria,
236 poucos pontos de medição, equipamentos inadequados, limitação de pessoal e
237 acesso restrito a dados, recomendando modernização da rede, integração
238 tecnológica, capacitação continuada e livre acesso às informações. Quanto à
239 quantidade de água, mencionou loteamentos irregulares, captações diretas, lacunas
240 de fiscalização e conflitos entre usuários, propondo reservatórios. Em comunicação
241 e educação ambiental, identificou carência de programas educativos, desarticulação
242 institucional e baixa mobilização social, sugerindo ações interativas, produção de
243 materiais adequados, articulação entre entes e ampliação da divulgação de
244 resultados. No eixo de conservação ambiental, registrou cobertura vegetal reduzida,
245 erosão, degradação de nascentes, ausência de áreas protegidas e necessidade de
246 monitoramento de agrotóxicos, recuperação de APPs e promoção de boas práticas.
247 Em questões setoriais, apontou deficiências no tratamento de resíduos urbanos e
248 uso informal da água na agropecuária, sugerindo articulação entre setor privado,
249 poder público e sociedade civil. No campo da produção do conhecimento, evidenciou
250 ausência de pesquisas aplicadas, baixa atuação das universidades, escassez de
251 recursos e falta de incentivos, propondo mais investimentos em pesquisa e extensão
252 e parcerias com instituições públicas de ensino superior. Encerrou-se a exposição do
253 Grupo 1. A Sra. Andréa Mendes Fonseca e Silva – SANEAGO apresentou o relatório
254 do Grupo 2, detalhando problemas e soluções por temática. No eixo “Instrumentos
255 de Gestão”, registrou falta de divulgação e conscientização sobre sistemas de
256 informação de recursos hídricos, elevado número de poços artesianos irregulares e
257 ausência de controle de vazão, propondo campanhas de cadastramento e maior
258 fiscalização. Em eventos críticos, identificou ocorrências de inundação e aumento de
259 vazão na Bacia do Sapo e à Barrinha, além de redução da vazão no Ribeirão Abóbora
260 em períodos de estiagem, sugerindo plano de drenagem urbana e gestão do uso do
261 solo. No monitoramento hidrológico, apontou ausência de dados e telemetria,

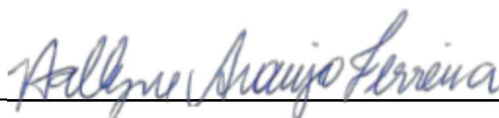


262 especialmente nos rios Ribeirão Abóbora e Rio Verdinho, recomendando instalação
263 de telemetria, ampliação da rede de monitoramento e implantação de pluviometria.
264 Sobre conflitos na quantidade de água superficial e subterrânea, destacou disputas
265 pelo uso do Ribeirão Lajes, barramentos não executados e desvios irregulares,
266 propondo identificação de nascentes, aplicação de questionários e cercamento das
267 matas ciliares. Em comunicação, mobilização, capacitação e educação ambiental,
268 mencionou a atuação do núcleo regional da SANEAGO e recomendou ampliação
269 das ações, considerando degradação da qualidade da água e desafios no
270 tratamento. Em conservação e recuperação, registrou assoreamento, baixa vazão
271 em estiagem e ausência de mapeamento detalhado de nascentes, sugerindo
272 manutenção de curvas de nível, bacias de retenção, cercamento e reflorestamento
273 de nascentes e APPs. Em questões setoriais, apontou loteamentos irregulares e
274 esgotos clandestinos, recomendando orientação para fossas ecológicas e
275 participação ativa dos comitês nos planos diretores municipais. No eixo produção de
276 conhecimento, identificou distanciamento das universidades das demandas sociais,
277 escassez de recursos e dificuldades de compilação de dados, propondo maior
278 integração entre instituições acadêmicas, órgãos públicos e técnicos, além da
279 criação de fundos específicos para fomento à pesquisa. Encerrada a apresentação
280 dos grupos, o Sr. Leonardo Mitre Alvim – Consórcio Engecorps avaliou como
281 proveitosa a discussão, reconheceu a relevância das contribuições e agradeceu a
282 participação de todos ao longo da atividade. Considerou cumprida a etapa
283 correspondente à consulta pública e repassou a condução da reunião à presidência
284 do Comitê. O presidente agradeceu a condução dos trabalhos, reconheceu a
285 importância do apoio prestado para o avanço das próximas etapas, tanto do
286 enquadramento quanto do Plano Integrado de Recursos Hídricos do Paranaíba e
287 seus afluentes, e deu prosseguimento à reunião com os informes gerais. **Item 4.**
288 **Informes Gerais:** A Sra. Maria Aparecida de Souza Araújo - SEMAD comunicou que
289 a SEMAD custeará a participação de três membros de cada comitê no ENCOB 2025,
290 a ser realizado no Espírito Santo. Informou que algumas inscrições já foram feitas e
291 que será realizado sorteio para definir duas vagas, sendo a terceira destinada ao
292 presidente do comitê. Esclareceu que as inscrições se encerram no dia seguinte e
293 que, até sexta-feira, os nomes dos contemplados serão divulgados nos grupos,
294 respeitando as regras estabelecidas. O Sr. Aurélio Miranda - IRRIGO convidou os

295 participantes para a Feira da Irrigação do Estado de Goiás (FIEGO), que ocorrerá
296 entre os dias 16 e 19 de julho de 2025, em Cristalina, Goiás. Informou que a FIEGO
297 é a maior feira de irrigação do estado, onde serão apresentados tecnologias e
298 avanços no setor. Comunicou que o evento contará com espaço específico destinado
299 ao CBH e ao Polo de Irrigação. Reforçou o convite a todos os presentes. O Sr. Klener
300 Alves Rocha Junior -CODERV apresentou-se como representante do Conselho de
301 Desenvolvimento Econômico de Rio Verde, entidade formada por diversas empresas
302 e instituições. Informou que foi criada recentemente uma câmara técnica de recursos
303 hídricos no conselho, com o objetivo de articular ações junto ao estado, município e
304 políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos. Convidou os presentes a
305 participarem da iniciativa, ressaltando a importância da cooperação para enfrentar
306 desafios e buscar soluções na área. O presidente agradeceu a presença de todos,
307 bem como o apoio da Agência Nacional de Águas, da SEMAD, da Engecorps e dos
308 demais membros. **Item 5. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr.
309 Reginaldo Passos – CBH Bois declarou encerrada a reunião. Eu, Patrícia Sueli
310 Côrtes de Oliveira, colaboradora da Secretaria Executiva, lavrei essa ata que segue
311 assinada pelos Presidentes dos Comitês de Goiás. A gravação com inteiro teor da
312 reunião encontra-se disponibilizada no site do BOIS.



Reginaldo Passos
Presidente



Hallyne Araújo Ferreira
Secretária Executiva

Anexo I

Lista de Presença (Titulares e Suplentes) do CBH BOIS

Nº	Entidade	Representante
1	SEMAD	Maria Aparecida de Souza Araújo
2	SEMAD	João Ricardo Raiser
3	Prefeitura Municipal de Rio Verde	José Alves Neto
4	Prefeitura Municipal de Trindade	Sergio Geraldo Pinheiro
5	Prefeitura Municipal Palminópolis	Venerando Bispo Correa
6	Prefeitura Municipal Americano do Brasil	Gustavo Evandro Jeronimo Silva
7	Prefeitura Municipal de Acreúna	Sirdeley Hipólito da Silva
8	Prefeitura Municipal de Jandaia	Lanucy Janaina de Souza M. Leite
9	Prefeitura Municipal de Anicuns	Eldimara Oliveira Caires
10	AGEAMB	Hitalo Tobias Lobo Lopes
11	ABES/GO	Mariusia Aparecida Limas dos Santos
12	SENAR GOIÁS	Nélio Castro Lima
13	Associação dos Produtores de Rio Verde	Hallyne Araújo Ferreira
14	CODERV	Klener Alves Rocha Júnior
15	SANEAGO	Paulo Henrique de Almeida
16	SANEAGO	Andrea Mendes Fonseca e Silva
17	Verde 08 Energia S.A	Paulo Roberto Gomes Pereira
18	COMIGO	Reginaldo Passos
19	BRF S.A	Rowander Alexandre Moura
20	FAEG	Thiago Castro de Oliveira
21	IRRIGO	Aurélio Alves Miranda
22	Sindicato Rural de Rio Verde	Olavio Teles Fonseca

**CBH BOIS**Comitê da Bacia Hidrográfica
do Rio dos Bois**Anexo II**

Lista de Presença (Convidados) do CBH BOIS

	Entidade	Representante
1	Secretaria Executiva/Completa	Phelipe Henrique Cassimiro Cunha
3	SEMAD	Ana Luiza Duarte de Abreu
4	ENGECORPS	Luísa Neves
5	ENGECORPS	Andreia Pedroso
6	CPF	Adalberto Pinto
7	ENGECORPS	Leonardo Mitre A. de Castro
8	AMAE - GO	Luiz Lourenço Mendonça
9	SAMA Palminópolis	Avay Miranda Junior
10	FAEG Jovem Rio Verde	Lorraine Alves Santos
11	Fazenda Reunidas	Angelica Gomes
12	ANA	Ana Paula Monteiro Generino
13	ACIRV	Artur Pagnocelli
14	ANA	Rosana Mendes Evangelista
15	BRF S.A	Maria Eduarda Moura
16	CPLAN/ ANA	Leonardo Juilan Rodrigues
17	SANEAGO	Kelly Patrícia de O. Almeida
18	SANEAGO	Rafael Rodrigues de Paula
19	SANEAGO	Credinei Faleiro da Silva
20	ABHA	Kamila Almeida
21	ABHA	Carlos Henrique Maia



CBH BOIS

Comitê da Bacia Hidrográfica
do Rio dos Bois

Registro Fotográfico

